

## O SAQUE DE 04 DE FEVEREIRO DE 1988: NOÇÕES DE DIREITOS E RESISTÊNCIA CAMPONESA (ITAPIÚNA/CE)

FRANCISCO RUY GONDIM PEREIRA\*

Tradição: essa parece ser uma noção central no estudo dos saques enquanto ações de um sujeito político que se mobilizou ao longo do século XX tendo a seca e a escassez alimentar o chão por onde se desenrolaram os percursos da multidão em ação. Seu volume numérico, sua pressão ameaçadora para autoridades, comerciantes e parte dos moradores das cidades, sua espontaneidade (ou melhor, sua organicidade em termos distintos do sistema político moderno), desprovida de mediadores capazes de articular negociações reconhecíveis entre os canais da política representativa, apresentando reivindicações daquela “massa de famintos” e “flagelados”, têm uma presença marcante na história social do Ceará.

Estimulada pelas secas que de tempos em tempos castigam o Sertão nordestino, a multidão – associada a ameaças, saques e invasões – conquistou contornos de uma “tradição”, seja ao possuir continuidade ao longo do tempo, seja pela utilização prática e retórica que dela lançaram mão camponeses de diversas regiões do estado para demandar a reimposição de “padrões costumeiros de relacionamento” em momentos de escassez, reivindicando das autoridades proteção através da distribuição de alimentos e aplicação de “salvaguardas” no mercado de trabalho – frentes de emergência – e de alimentos – tabelamento de preços (NEVES, 2000, p.183).

Em *A Multidão e a História*, Frederico de Castro Neves constrói um estudo revelador destas estratégias de resistência, utilizadas em meio a um conjunto de relações sociais norteadas por práticas de dominação paternalista, exatamente quando a sobrevivência se vê ameaça pela desestruturação das frágeis garantias de sobrevivência no semiárido em épocas de seca. Laçando mão da noção de *economia moral* de E.P. Thompson, ele demonstrou como essa tradição de ações diretas está relacionada à percepção sertaneja de que muito embora a pobreza torne-se generalizada, ela não alcança todos. Há, pois, grupos que permanecem usufruindo das benesses da produção social. Assim, a contrapartida daquela *reciprocidade desigual* que organizava a dependência e a subordinação dos pobres nas relações com os

---

\* Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará / Professor da rede estadual de ensino do Ceará.

homens providos de poder, deveria ser acionada e/ou às vezes lembrada através de ações diretas, caso as circunstâncias se mostrassem necessárias e favoráveis.

Percebida enquanto direito, essa pressão pela assistência era exercida por meio de uma “negociação” incomum para os padrões da representatividade política, marcada pela ausência de mediadores reconhecíveis, numa relação direta entre a multidão e autoridades, um complexo jogo de pressões e contrapressões, caracterizado pela “teatralidade” da *hegemonia* paternalista por onde os pobres também impunham seu próprio *teatro*.

Essa moral popular – aliada à percepção de que ações radicais são legítimas e necessárias quando os canais de negociação com o governo estão saturados – é o elemento mais visível dessa tradição, incorporada ao arsenal de luta dos camponeses nas “formas de pressão e negociação com as autoridades urbanas” (NEVES, 2000, p.96), tornando-se ao longo do século XX parte constitutiva da *cultura política* dos pobres no Sertão.

A partir da seca de 1979-83, por todo o Ceará, movimentos populares que recrudesceram na esteira dos conflitos de terra, da ação sindical e na mobilização das pastorais católicas interpuseram elementos novos de mediação na mobilização camponesa, expressando através de sua base organizativa o protesto da multidão e a luta pelo reconhecimento de suas demandas (Cf: PARENTE, 1985). Em Itapiúna, movimentos nascidos em torno da questão agrária e da ação pastoral católica no correr dos anos 1980 disponibilizaram seus canais de mobilização para que os trabalhadores rurais organizassem seu protesto contra a ineficiência do auxílio estatal. Passaram, também, a estimular a realização de saques, ao perceberem a força do protesto e do questionamento político que deles emergiam.

Este artigo busca analisar estratégias e aspectos desta forma de ação a partir de um *micro episódio*: o saque a um depósito de sementes em 4 de fevereiro de 1988 na cidade de Itapiúna. O estudo tem a intenção de apontar características e propor generalizações a respeito das gama de estratégias de resistência camponesa acionadas em momentos de seca e escassez alimentar.

## **O (micro)episódio**

Na manhã de 4 de fevereiro de 1988 um grupo de doze camponeses partiu da localidade de Barra do Santo Antônio rumo à sede do município de Itapiúna “em busca de alimentos” e do recebimento do salário da “Frente de Emergência”. Desde 1987, a região sofria com a irregularidade de chuvas. Na cidade, o grupo juntou-se a muitos outros, vindos de tantas outras localidades, mobilizados pela mesma razão<sup>2</sup>. Os pagamentos já estavam atrasados a mais de “50 dias”. Duas quinzenas foram pagas naquele dia. Os valores, porém, eram insignificantes e incapazes de garantir alimentação suficiente para suas famílias<sup>3</sup>.

Por volta das 8:30h, os manifestantes concentraram-se no salão paroquial, onde se encontravam Pe. Eudásio<sup>4</sup> e a agente de pastoral Auxiliadora Bezerra<sup>5</sup>. Acompanhando o percurso das mobilizações camponesas, a Igreja de Itapiúna vinha tentando intermediar as pressões sobre a prefeitura municipal e o governo estadual, relacionadas à “Emergência” e ao atendimento de outras necessidades essenciais. Na última manifestação o prefeito Joaquim Clementino havia concedido “almoço e merenda” para os “flagelados”. Desta vez, Pe. Eudásio e uma comissão de representantes dos trabalhadores foram à prefeitura apresentar suas reivindicações. A negociação redundou apenas na distribuição de “bolachas e rapaduras” (insuficientes para a quantidade de gente presente) e numa declaração do prefeito dizendo mais “nada poder fazer”. Em meio àquela “situação de calamidade vivida pelo povo”<sup>6</sup>, as reações oscilaram entre frustração e indignação. Era prenúncio do saque!

Então, “muitos deles disseram que seus filhos estavam passando fome e que iam arrumar alimentos para levar para casa” e que, “como nada conseguiram, iam resolver aquela situação”<sup>7</sup>. Daí em diante, os esclarecimentos sobre o episódio nas fontes escritas tornam-se intencionalmente evasivos. Nenhuma declaração poderia dar-se ao luxo de ser escorregadia,

---

<sup>2</sup> Informações retiradas do Livro de Tombo da Paróquia de Itapiúna (folhas 51 e 52) e do Inquérito Policial N.º 048/1988 (Saque ao Posto da CODAGRO), de 18 de março de 1988 pertencente ao arquivo do Fórum de Justiça de Itapiúna.

<sup>3</sup> Depoimento de Pe. Eudásio Nobre da Silveira, em 23 de março de 1988. Inquérito Policial. Op. Cit. fls.10.

<sup>4</sup> Pe. Eudásio nasceu na zona rural de Quixadá no ano de 1956. Formou-se no Seminário da Prainha e tornou-se adepto da teologia da libertação. Administrou a paróquia de Itapiúna entre 1986 e 1996.

<sup>5</sup> Auxiliadora Bezerra, natural de Itapiúna, nasceu em 1966 e iniciou sua militância em meados da década de 1970. Ingressou na CPT e no MST. Foi uma das pessoas mais engajadas na articulação de saques.

<sup>6</sup> Depoimento de Pe. Eudásio. Inquérito Policial. Op. cit. fls.10.

<sup>7</sup> Respectivamente, depoimento de Pe. Eudásio e de Auxiliadora Bezerra, em 23 de março de 1988. Inquérito Policial. Op. cit. fls.10-11.

transformando-se em (auto)delação. Neste ponto, os relatos orais, colhidos mais de quinze anos depois, expressam abertamente os silêncios e preenchem parte das lacunas.

Sem receio de revelar pormenores, a Auxiliadora declarou:

Quando o pessoal chegou e pediu socorro – tinha gente que estava com dois dias que não comia – eu me lembro que tinha uma mesa no salão, a gente falou com eles, pedimos calma e eu subi nessa mesa. Pe. Eudásio correu, fechou a porta na esperança de que ninguém visse, subi na mesa e alguma coisa foi dita sobre a realidade que o pessoal estava passando. Eu lembro que a gente fez uma avaliação do que tinha acontecido na prefeitura, arrastamos o que tinha acontecido de abaixo-assinado, de quantas vezes aquelas pessoas tinham vindo na rua atrás do prefeito vê se fazia contato com o governador[...] e que aquele momento ali era como se fosse a gota d'água, era o final de tudo, ali tinha que acontecer algo que chamasse a atenção dos governantes, municipal, estadual e federal... Daí por diante Pe. Eudásio[...] passou a trabalhar isso também, acalmar, mostrar que o caminho era por ali, se não ia voltar para casa de mãos vazias<sup>8</sup>.

Decidiram, então, saquear o posto de revenda da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário (CODAGRO). A empresa realizava distribuição de sementes do programa Arrancada da Produção do Governo do Estado e havia recebido grande estoque para distribuição a famílias cadastradas no programa. Neste momento, os militantes articularam uma reunião com o prefeito para não permitir que, caso soubesse da eminência do motim, tentasse evitá-lo distribuindo alimentos. Auxiliadora teve a tarefa de conversar com as pessoas presentes no salão paroquial para definir “estratégias” da ação. Enquanto a reunião ocorria, os camponeses partiam para o arrombamento.

No Inquérito, o máximo dito nos depoimentos foi que, após a entrega da “bolacha com rapadura” e de ouvirem de Pe. Eudásio que “mais nada poderia fazer... resolveram ir para o posto da CODAGRO”<sup>9</sup>. Entre 10:30h e 11:30h, na iminência da invasão, muitas outras pessoas juntaram-se ao movimento e rapidamente a aglomeração passou de uma para três centenas de pessoas.

Aglomerados, indignados, protegidos pela solidariedade coletiva e até mesmo o anonimato, homens e mulheres começam a assediar o local e passaram a ameaçá-lo de invasão caso as sementes não fossem entregues. O funcionário responsável pelo local, de vulgo Bedéu, tentou controlar a situação prometendo conseguir autorização com seus superiores. Com a promessa,

<sup>8</sup> Entrevista com Auxiliadora Bezerra, realizada em 13 de outubro de 2004. Grifo meu.

<sup>9</sup> Depoimento de Zé Paulo e Raimundo Gonçalves de Freitas (Bigá), em 23 de março de 1988. Inquérito Policial. Op. Cit. fls.12-13.

os que assumiam a dianteira da negociação – Zé Paulo, Bigá e outro rapaz desconhecido – “esfriaram um pouco”. Mas “as pessoas presentes”, muitas delas mulheres, passaram a instigá-los ao saque: às 12:00 horas o ato foi consumado. 80 pessoas abriram caminho. Ao final contavam-se centenas<sup>10</sup>. Tudo foi levado, de utensílios à sementes. Rapidamente a multidão se dispersou levando consigo os “despojos” da ação tumultuária.

Sem muita demora, a polícia foi chamada e começou a averiguar o “motim”, qualificado como uma “ação delituosa perpetrada por pessoas da comunidade sob o manto de carentes e famintos”<sup>11</sup>. Na tarde do dia 04, acompanhados do gerente regional da empresa, José Gomes Furtado, três policiais realizaram uma operação em algumas localidades, incluindo Barra do Santo Antônio, e recuperaram 25% da mercadoria saqueada. Nas casas por onde passavam, desoladas, as pessoas eram obrigadas a entregar o que, de certa forma à duras penas, haviam conseguido. Com exceção de Zé Paulo – acusado de ter trocado mercadorias por cachaça, estar embriagado e ter sido preso por desacato – ninguém ofereceu resistência<sup>12</sup>.

Os “visitantes”, porém, “ao chegarem numa casa e ao notarem que tratava-se de uma pessoa realmente carente”, deixavam a mercadoria, demonstrando a dubiedade presente na repressão contra esse gênero de ação. Todavia muitas das famílias sequer tiveram oportunidade de comer os grãos<sup>13</sup>.

Os critérios utilizados para distinguir os necessitados dos “pretensiosos” e/ou “mal-intencionados” eram, ao olhar de Zé Paulo, paradoxais. Sobre o saque, ele declarou:

Eu entrei aí mais a negrada, era 70 homens da roça[...] voaram lá pra dentro aí trouxeram um bocado de bagulho. Colheram dois sacos de arroz com casca. Aí um carro foi deixar na Barra. Aí cheguei lá muito enfadado, com fome também, tomei umas cachaças e fui me deitar lá num terreiro da mulher. Aí chegou a polícia daqui num fusca. Chegaram lá em casa, acharam o arroz em cima da mesa, aí disseram que eu “tava com fome não, que o arroz ainda tava lá”: eu ia comer ele com casca já de noite? Era bom deixar pro outro dia. Pegaram o arroz, aí me trouxeram, aí saíram juntando, saíram pegando, na casa de um, casa de outro, sei que chegou aqui 60 saco pra abrir aí. Descarreguei todinho – eu só – me prenderam, não me fizeram mal. Aí no outro dia o sargento me chamou me deu a merenda dele, me deu café, me deu bolo, me recomendou, perguntou se ainda poderia acontecer aquilo. Eu: “rapaz, se depender da precisão não é a primeira vez não, a segunda pode acontecer. Eu fiz e

<sup>10</sup> Depoimento de Joaquim Almeida Bezerra(Bedéu), em 23 de março de 1988. Inquérito Policial. Op.Cit. fls.08.

<sup>11</sup> Requerimento de Jurandir V. de Magalhães. 11 de fevereiro de 1988. Inquérito Policial. Op. cit. fls.03.

<sup>12</sup> Depoimento de José Gomes Furtado, em 23 de março de 1988. Inquérito Policial. Op. Cit. fls. 09.

<sup>13</sup> Depoimento de José Gomes de Oliveira, em 09 de junho de 1988. Op. Cit. fls. 19.

tando com fome eu faço de novo, não vou lhe negar não, eu não vou morrer de fome sem o que comer!”<sup>14</sup>.

Comumente, e mesmo entre participantes de eventos desta natureza, incide uma conotação pejorativa associada ao flagelo, à mendicância, à baderna, não raro ao roubo. Assim, atitudes de esquecimento e ocultamento são comuns. Mas não é isso que vemos no relato de Zé Paulo. Em sua entrevista, ele e sua esposa não demonstraram constrangimento por terem participado de saques. Pelo contrário. Seu relato demonstra uma postura de autoafirmação. Resta-nos conjecturar se de fato ele foi confiante a ponto ser capaz de declarar à polícia sem meias palavras que lançariam mão do mesmo ardil caso houvesse “precisão”.

Não obstante, vale a observação de Alessandro Portelli a respeito dos depoimentos orais: eles revelam não somente o que as pessoas fizeram, mas também o que queriam fazer, o que acreditavam estar fazendo, o que agora pensam que fizeram (PORTELLI, 1997, p.31). E acrescento: o que querem nos convencer que fizeram. Seja como for, importa não a veracidade dos fatos em si, mas o significado que os eventos assumem na constituição de sua memória. Neste sentido, o saque é verbalizado como momento de afirmação enquanto sujeito político, dele como indivíduo e da comunidade a qual pertence, rompendo os limites das ações pretensamente permitidas. E muito embora os saqueadores definam suas ações como forjadas pela necessidade e pela fome, o que não é falso<sup>15</sup>, eles têm ciência da magnitude que o saque tem sobre as relações de poder dentro e fora da comunidade.

### **Os sujeitos e a repressão**

Por circunstâncias que vão além da prisão de Zé Paulo, o grupo de Barra do Santo Antonio parece ter sido um dos que mais se destacou na ação, ou pelo menos é essa a impressão deixada nas páginas do Inquérito Policial, principal fonte escrita sobre o evento. Esse foco de atenção se deve ao fato de Zé Paulo e Bigá terem surgido como lideranças momentâneas da pressão realizada sobre a CODAGRO, pouco antes do saque. Mas quem eram eles?

<sup>14</sup> Entrevista com Zé Paulo, 14 de outubro de 2007. Grifo meu.

<sup>15</sup> O argumento da fome legítima, justifica, mas despolitiza o saque ao torná-la reflexo biológico de uma situação-limite, onde por falta de escolha as pessoas são forçadas à ação. É como se a multidão não fosse “incluída como um ato de vontade de pessoas que dominam códigos da cultura e que, a partir desses códigos e suas possibilidades, procuram as estratégias possíveis e as soluções imediatas para seus problemas” (NEVES, 2000, p. 245). Assumir condição política da ação eleva o risco de perda de legitimidade na comunidade.

Ambos eram agricultores empregados da Emergência, casados, pais de muitos filhos, analfabetos e pobres, ocupantes de pequenas glebas de terra pouco produtivas e integrantes (mas pouco ativos) da comunidade eclesial da região.

Em seu depoimento, Bigá apresentou uma versão nova sobre os instantes que antecederam a invasão. Contestou a versão apresentada por Bedéu e afirmou que, ao chegarem, Zé Paulo pediu sim sementes, mas Bedéu disse que nada havia para eles. Ele continuou negando os pedidos insistentes. Foi então que “a multidão resolveu entrar” e Bigá a acompanhou<sup>16</sup>.

A nova versão interessava aos investigadores, atentos a qualquer sinal de motivação que não fosse “justa” e “legítima”, que escapasse ao argumento alimentar. O saque só estaria protegido pela lei caso fosse reação à fome, fruto do desespero. Portanto, motivações alheias tornariam o ato uma “ação delituosa” passível de enquadramento penal com a consequente responsabilização e individualização das condutas, já que a multidão enquanto ente coletivo não poderia (e nem pode) ser judicialmente indiciada. Neste caso, ou a motivação pela necessidade tornavam-no criminalmente nulo, ou “incentivadores” e “mentores intelectuais” – especialmente exógenos – seriam investigadas na tentativa de responsabilizar penalmente determinados indivíduos por uma ação perpetrada por três centenas. Bigá reforçava a versão de que os saqueadores, pessoas pobres e honestas, foram forçadas pelas circunstâncias.

Nos dias iniciais da investigação, policiais e funcionários da CODAGRO buscavam culpados para responsabilizar. Mas ora esbarravam naquela “incontestável” motivação pela fome, ora na solidariedade coletiva, ora na sua própria aceitação da *economia moral* dos saqueadores. A cada depoimento, a inquirição seguia esta linha de investigação: encontrar testemunhas que delatassem possíveis “lideranças” ou “incentivadores” e, talvez, provar ausência de justiça do ato. Era preciso confirmar se os camponeses – e somente a eles era dada “permissão” – foram impulsionados pela pauperização e pela fome. Como a presumida passividade camponesa gerava suspeitas quanto à capacidade de que tivessem, por conta própria, deliberado ação tão ousada, criava-se certa paranoia quanto à presença de “mentores intelectuais”.

Na cidade e entre as autoridades, se difundia rapidamente o boato de que Pe. Eudásio e Auxiliadora instigaram à multidão. A Igreja tornou-se o principal alvo da repressão: eles

---

<sup>16</sup> Depoimento de Raimundo Gonçalves de Freitas (Bigá). Inquérito Policial. Op. Cit. fls.13.

foram intimados a depor na delegacia no dia 23 seguinte. As comunidades foram mobilizadas em protesto contra a repressão desferida num momento tão delicado à sobrevivência no campo. Para chamar a atenção e revertê-la a seu favor, Pe. Eudásio (que apenas utilizará vestes religiosas nos rituais litúrgicos) compareceu à delegacia de batina preta. A atitude provocou choque: olhares de surpresa e estupefação numa cidade quase integralmente católica. Até mesmo pessoas contrárias ao envolvimento da Igreja nos movimentos populares, mostraram solidariedade e indignação pelo tratamento policial dispensado a seu líder religioso. Após os depoimentos, a aglomeração foi encerrada com protestos e passeata pelas ruas centrais de Itapiúna<sup>17</sup>.

Em 16 de abril, os mesmos foram novamente convocados a depor e em três dias compareceram à delegacia. Mais uma vez as comunidades foram mobilizadas. A presença ativa e o assédio dos manifestantes forçaram o delegado a cancelar a audiência. A ocasião foi encerrada como novos protestos e passeata<sup>18</sup>.

Entre as quase 20 pessoas interrogadas, incluindo participantes da ação e espectadores, nenhuma citou Pe. Eudásio, Auxiliadora ou qualquer outra pessoa como incentivador ou responsável por qualquer atitude tomada pela multidão. As explicações giraram em torno da “insensibilidade” das autoridades, do atraso do pagamento e da necessidade. Um representante da CODAGRO afirmou posteriormente que “não foram incentivados por quem quer que seja, pois na necessidade em que se encontravam e se encontram até hoje, qualquer um faria o mesmo”<sup>19</sup>.

Após junho de 1988, quando ocorreram os últimos interrogatórios ainda no calor dos acontecimentos, a polícia de Quixadá, responsável pelo caso, recomendou à justiça o arquivamento do inquérito argumentando que a “invasão ao citado posto, foi em virtude do atraso do pagamento da Emergência, e a fome que reinava nos familiares daquelas pessoas, haja vista a seca verde do ano passado,[...] tendo sido insignificante a produção de grãos”<sup>20</sup>.

<sup>17</sup> Livro de Tombo da Paróquia, fls. 51-verso, em 23 de março de 1988.

<sup>18</sup> Livro de Tombo da Paróquia, fls. 54-verso, em 19 de abril de 1988.

<sup>19</sup> Inquérito Policial. Op. Cit.

<sup>20</sup> Relatório ao MM. Juiz, Quixadá, 22 de junho de 1988. Inquérito Policial. Op. Cit. fls.21. A promotoria recusou o parecer da polícia e ordenou a continuidade do inquérito para que “os responsáveis pelos

Assim, até mesmo a repressão que pudesse se abater contra os movimentos sociais não conseguia alcançar ações que se justificavam pela fome e pela miséria, fugindo, assim, de qualquer identificação com atos de motivação político-ideológica. Confirma-se a observação de Frederico C. Neves de que tentativas de abrir processos contra supostos saqueadores esbarravam sempre na silenciosa solidariedade social para com os famintos e na permanência de mecanismos jurídicos que impedem a criminalização de ações motivadas pela necessidade de sobrevivência (NEVES, 2000, p.99, Cf: THOMPSON, 1998, p.152)<sup>21</sup>.

Há, portanto, a impossibilidade de indiciamento, já “que o fato criminoso só existe quando se consegue individuar a conduta do agente ao qual ele é imputado, inexistindo assim, qualquer possibilidade de falar-se em ‘crime coletivo’” (SANTOS, 1999, p.247). Neste caso, trata-se do “crime multitudinário”, praticado por uma “multidão em tumulto espontaneamente” organizada temporariamente em torno de um comportamento comum para alcançar um objetivo delimitado, onde não há apenas um ou vários agentes identificáveis, mas número incalculável e não identificável de participantes.

Esse consenso acerca da legitimidade e justeza do evento (e toda a visão “idílica” a respeito do camponês) opera dentro de uma compreensão que dissocia o saque do roubo, ao mesmo tempo em que o distancia de qualquer identificação com uma ação política. Agindo instintivamente para saciar a fome, as pessoas não podem ser responsabilizadas por suas ações. E como a ação política demanda a presença de sujeitos responsáveis e identificáveis, atuando conscientemente em torno de uma racionalidade e de um projeto que nega ou busca restabelecer a ordem, a noção corrente de que a multidão é impulsionada pelo “desespero” e pela falta de alternativas a afasta de qualquer identificação seguramente política (NEVES, 2000, p.112-113).

---

acontecimentos fossem identificados”(Dossiê de Auxiliadora Bezerra). O Inquérito foi ignorado pela polícia até ser arquivado em agosto de 2000.

<sup>21</sup> O Código Penal de 1940, e sua reformulação parcial de 1984 (Lei n.º 7.209), incorporaram a noção de “estado de necessidade”, abrangendo aqueles que praticam “o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se”(art.24). Dentre as situações características do “estado de necessidade” está o “furto famélico”, onde há “subtração de alimentos para salvar alguém de morte por inanição. Neste caso, seu praticante é absolvido de culpa criminal já que a fome como situação-limite o levou a agir em nome da vida” (NEVES, 2000, p.115).

Nesse sentido, as atitudes consentidas aos camponeses, mesmo que apenas excepcionalmente, integram as percepções dos vários grupos acerca da pobreza. Por elas, os camponeses movem-se ardidamente apresentando explicações que corroboram com a noção recorrente de motivação alimentar. Seja nos discursos vigiados do inquérito ou nas falas autovigiados da militância católica, essa motivação é incansável na tentativa de tornar a ação a mais justa possível para si e para a comunidade. Até mesmo nos depoimentos orais, a insistência permanece. Mas aqui, as demais causas do saque vão sendo expostas.

### Noções de Diretos e Insegurança Estrutural

Narrando o percurso de mobilizações em anos de escassez, Seu Alberto, camponês e ex-militante da pastoral da terra, endossa o consenso descrito acima. Todavia revela a complexa rede de negociação e expectativas construídas diante do aviltamento das condições de vida.

A gente se reunia lá no prefeito para falar um plano de emergência para os trabalhadores. Chegava lá marcava pra *semana-quinhenta, semana-quinhenta...* Aí a gente ia fazer um abaixo-assinado levando o nome de todo mundo e levava para o prefeito. Quando chegava lá o prefeito ficava *massando*; a gente corria, ia bater de novo. Chegava lá reivindicava nem que fosse uma merenda para o trabalhador: “não tem, não tem o que se dê, não!” E a gente sabendo que tinha muita mercadoria. Aí o pessoal *desimpacientava*, o que é que se pode fazer?<sup>22</sup>

Claramente as motivações gravitam em torno de um eixo articulador de demandas, o que nega a possibilidade de abordar tais movimentos enquanto “espasmódicos” ou *apolíticos*. Para além da fome, a espera sem fim e a indignação nascida com o desdém por suas reivindicações deram materialidade à revolta. Portanto, dificilmente poderemos associar aquela “desimpaciência” com desespero.

A necessidade, a fome e o medo de passar fome modelam o chão *estrutural* por onde os saques puderam ser deflagrados. No entanto, noções de justiça e direitos que acompanham as concepções políticas destas pessoas foram imprescindíveis na apreensão da complexa rede de relações que possibilitaram sua eclosão. Isso porque eventos dessa natureza nunca ocorrem isoladamente: eles foram gestados em meio a um percurso de legitimação que perpassava a exibição pública da fome, da miséria e do desprezo das autoridades, apresentando um trajeto

---

<sup>22</sup> Entrevista com Seu Alberto, realizada em 16 de outubro de 2004.

singrado pela percepção de que o direito à assistência e à “proteção” durante crises estava sendo descumprido num momento crucial à sobrevivência no campo.

Por outro lado, essa atenção às motivações que escapam ao argumento da premência alimentar não significa que as condições econômicas dos saqueadores tenham pouco valor na compreensão destes movimentos populares. Pelo contrário, elas pontuam a necessária avaliação das circunstâncias materiais por onde os trabalhadores se mobilizaram e lançaram seu protesto, dando-nos pistas valiosas quanto à utilização da “moral popular” na legitimação social de suas ações mais radicais. Pois aí estão as bases por onde se reproduziram a ação dos movimentos sociais.

Em meio à carência material e às pressões estruturais vivenciadas no cotidiano, a resposta foi o aparecimento de uma gama variada de estratégias, tecidas em meio a relações familiares ou vicinais através das quais os sujeitos constituíam redes comunitárias, formavam identidades locais, demandavam amparo estatal ou resistiam a grupos dominantes. Assim, através destas ausências (material, assistencial) lideranças e pastorais ingressaram nas negociações com o poder público, ajudaram a catalisar a rebeldia das pessoas, estimulando, acelerando ou talvez possibilitando a materialização dos saques, criando um campo de reconhecimento coletivo sobre quais práticas eram legítimas para o exercício da atividade política (PACHECO, 2004). Nesse sentido, teríamos uma *insegurança estrutural* como marco distintivo da experiência camponesa e elemento aglutinador presente em seu processo de constituição enquanto *classe* (SAVAGE, 2004).

Nestes termos, as condições socioeconômicas responsáveis pela vulnerabilidade da *classe* pontuam a urgência de entendimento da forma peculiar pela qual são constituídas táticas e estratégias de sobrevivência. Assim, pensar a noção de *insegurança* implica ver que “toda sorte de rede comunitária (assim como a formação de identidades locais em geral) vem a ser uma ferramenta decisiva para lidar com a incerteza inerente à vida cotidiana” (SAVAGE, 2004, p.33 e 41). Estas mesmas práticas de resistência foram parte constitutiva das relações vividas por estes sujeitos e tornaram-se vitais na constituição dum espaço público onde puderam construir identidades forjadas na lutar por direitos (FONTES, 2002, p.13).

Em Itapiúna, essa *insegurança* esteve presente na relação existente entre fenômenos naturais e sociais, que podem ser inscritos enquanto marcos da pobreza no Sertão. Contudo estas condições e relações não estavam (nem estão) acabadas. A região passava por transformações que atingiram, ao mesmo tempo, a economia local, as relações de dominação no campo e o poder dos grupos dominantes locais. No início dos anos 1980, a produção de caráter (baseada na cultura do milho, feijão, algodão e na pecuária de pequeno) desabou afetando seriamente as possibilidades de sobrevivência no campo. De tais necessidades fundamentais fluíram tanto a “submissão cotidiana”, como a política e a resistência camponesa (SCOTT, 2002, p.28).

Tal crise foi acompanhada de rupturas no “sistema dominante” vigente e, em conjunto, representaram a decadência das grandes propriedades agrárias e das relações sociais alicerçadas na dependência pessoal. Nesse sentido, podemos dizer que as modificações pelas quais passaram as “relações produtivas” modificaram as experiências e vivências camponesas, forçando a (re)acomodação de suas formas de percepção e consciência social.

Durante a seca do ano anterior (1987), a imprensa metropolitana deu certa atenção ao mundo rural, relatando um quadro de pobreza dramático. Em janeiro, o jornal O Povo declarava-se “estarecido com o grau de miséria em que vegetam nossos rurícolas sem-terra, sem técnica, sem orientação e sem crédito[...] vivem eles em permanente estado de fome, morando em palhoças ou casebres escorados por forquilhas, inteiramente à margem da civilização e na mais completa ignorância, já que nunca freqüentaram a escola, em sua maioria”. Para o jornal, tratava-se de “pequenos agricultores, cujo poder de pressão política é quase nulo”<sup>23</sup>. De fato, há aí muitas constatações reais, porém recheadas de preconceitos e desconhecimentos em relação ao mundo social camponês.

Mesmo gerando exclusão e submissão, a pobreza não representa uma forma intrínseca de passividade. Ao mesmo tempo em que a carência material é terreno fértil para a dominação, cria possibilidades e estimula o aparecimento de estratégias de sobrevivência por meio da formação de redes alicerçadas em algum tipo de solidariedade, ao nível da comunidade ou

---

<sup>23</sup> Jornal O Povo, 25 de janeiro de 1987. Editorial: “A miséria no campo”.

mesmo da paróquia, donde a ameaça à sobrevivência (embora não determine a resposta) desperta a necessidade de (re)ação<sup>24</sup>.

Mesmo limitados por sua condição, os pobres não são meros objetos pacíficos de decisões das classes hegemônicas, vítimas da política de repressão e manipulação. Eles participam “ativamente na formação de seus destinos” (HAHNER, 1993, p.11), não somente quando integram entidades orgânicas e duradouras, porque estas não abarcam a totalidade de suas vidas políticas. Como sujeitos, eles não são portadores passivos de ideologias: criam seus próprios roteiros dos discursos disponíveis e do material fornecido por seu passado e pelas experiências do presente (DA COSTA, 1998, p.16) agindo e efetivando escolhas num campo de pressões e contrapressões (FONTES, 2002, p.28).

Foi a partir deste “chão social”, de *insegurança* e pobreza, que as redes e ferramentas constituídas para lidar com as incertezas cotidianas articularam-se às comunidades eclesiais e às pastorais nos vários espaços de luta e resistência dos trabalhadores. Tal como as mobilizações e conflitos dos trabalhadores foram (e são) frequentemente desencadeados em nome da sobrevivência, da comunidade, da família, as graves condições de sobrevivência e os problemas envolvendo a posse da terra e a seca foram a “base material” por onde os sujeitos reelaboraram sua percepção das desigualdades e as possibilidade de resistência<sup>25</sup>.

### **Uma “nova” cultura política**

O saque de fevereiro de 1988 mesclava “ingredientes” presentes nas ações de massa posteriores: a organização duradoura das entidades pastorais e a “espontaneidade”, ou melhor, a organização surpreende e fugas presente nas mobilizações mais tradicionais dos camponeses em tempos de escassez. Há indícios, com base em fontes levantadas nos municípios de Tauá e

---

<sup>24</sup> “O ‘motim’ não é uma resposta ‘natural’ ou ‘óbvia’ à fome, mas um padrão sofisticado de comportamento coletivo, uma alternativa a estratégias individualistas ou familiares de sobrevivência. Não há dúvida de que os amotinados tinham fome, mas a fome não prescreve que eles devam se rebelar nem determina as formas da revolta” (THOMPSON, 1998, p. 208).

<sup>25</sup> Nesse sentido, torna-se significativo perceber a atuação destes sujeitos “para além das consagradas instituições da política moderna”, passando a incluir formas de ação onde estas entidades são coparticipantes ou estão ausentes, como nos saques (DE DECCA, 1992, p.27).

Quixeramobim, que esta relação tenha sido uma constante pelo interior do estado nas ações de massa a partir da grande seca de 1979-83.

Por essa razão, o relacionamento entre estas práticas de mobilização “dessemelhantes” acarreta uma necessária redefinição das noções antinômicas de “espontâneo”, suposta característica da multidão, e “organizado”, tida como inerente aos movimentos sociais do tipo “moderno”. É certo que estes, ao se constituírem historicamente, assimilaram aspectos da política institucional, se apropriando das noções de *representatividade* e *racionalidade*, reconhecidas pelo *sensu comum* do pensamento político contemporâneo como condição *sine qua non* para o exercício da atividade política. Assim, tais entidades formam militantes, forjam lideranças permanentes e articulam objetivos a serem conquistados em prazos mais duradouros. Mas o avesso destes pressupostos não se aplica necessariamente à multidão.

Não há dúvida de que os saques escapam à representatividade política na mesma medida em que buscam objetivos mais delimitados e se desfazem após o sucesso ou fracasso de seus alvos. Todavia, tanto os objetivos como os métodos aplicados pela multidão são bastante racionais (Cf: RUDÉ, 1991, 273), o que nos leva a recusar a definição do saque enquanto um movimento espontâneo, especialmente na acepção dada ao termo pelo Dicionário Aurélio: algo “que se manifesta como que por instinto, sem premeditação ou desvios” e “que se origina em sentimento ou tendência natural, em determinação livre, sem constrangimentos” (HOLANDA, 1999).

Usá-la implica definir o “motim” como irracional, desesperado, reação biológica à fome, isto é, ocorrido “naturalmente” sem qualquer organização prévia, distinto da ação propriamente política. Se saqueadores e militantes fazem uso dessa referência como estratégia de legitimação, ao pesquisador cabe desconstruí-la. Como nada (ou quase nada) na vida cultural e social dos seres humanos é espontâneo, na mesma medida que práticas e discursos sempre estão baseados em pressupostos e experiências anteriores, reforça-se a percepção do aspecto organizativo que se desenvolve na micro convivência das comunidades rurais e nas relações construídas com os demais grupos.

A própria apreensão do saque pelo prisma do imediatismo se revela falha: se a ação é fugaz o mesmo não se pode dizer da “justiça natural” e do consenso acerca dos direitos transgredidos,

que tornam a revolta parte de um contexto de lutas, de uma resistência duradoura. O que aparentemente manifesta-se como desagregado, organiza-se solidamente em práticas de socialização, as mesmas incorporadas pelos movimentos sociais de caráter orgânico.

Assimilaremos melhor estes pressupostos se entendermos, pois, os saques enquanto formas de resistência que integram as lutas pelo poder, parte inseparável da dinâmica social do seu *tempo*. Se eles aparecem como “transitórios”, manifestando um “certo caráter desagregador” (PAMPLONA, 1996, p.4), é porque refletem a posição *politicamente subalterna* compartilhada por seus integrantes. Nesse sentido, eles podem ser lidos sob a ótica de explosões esporádicas que sinalizam que “as formas ‘normais’ de lutas de classes estão decrescendo ou entraram em crise”, declarações abertas de guerra que, assim como as invasões ou conflitos de terra, normalmente acontecem depois de um demorado enfrentamento num terreno diferente (SCOTT, 2002, p.14). Tratam-se das lutas que assumem a forma de uma resistência cotidiana, irreduzível e obstinada, caracterizada pela pequena coordenação e planejamento, às vezes, pela ausência de confrontação direta com os grupos dominantes e suas normas, e pela rede solidária de autoajuda que a constitui: *formas cotidianas de resistência* tal como definidas por James SCOTT (2002).

Nas fendas e contradições deste emaranhado conflito, agiram a Igreja e seus militantes. A mobilização que deu origem ao saque em 1988 ocorreu beneficiada, e por vezes utilizou, dentre outras estratégias de que lançaram mãos os trabalhadores, da rede de relações constituídas pelas pastorais que, àquela época, estavam presentes em quase todas as localidades. Lideranças e militantes foram articuladores da mobilização que o antecederam.

Estamos diante, pois, de um diálogo promovido entre a multidão (tal qual conceituada por NEVES (2000) e THOMPSON (1996)) e a mobilização popular em torno de entidades duradouras e orgânicas, revelando indícios de um processo em curso em Itapiúna e (o rumo da pesquisa atual tem ampliado esta percepção) em diversas regiões do interior do Ceará. E muito embora os saques não fossem novidade na história regional, os sinais da emergência de uma *cultura política renovada* estavam presentes não somente na manifestação de “novos” movimentos sociais, mas na própria dimensão da ação direta, que passava incluir interlocutores e estratégias distintas das tradicionais. Os conflitos que deram vazão aos

saques em 1990, 1993 e 1997 estiveram singrados pela presença de mecanismos de pressão articulados pelas pastorais e outros movimentos associados.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DA COSTA, Emilia Viotti. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue: a rebelião de Demerara em 1823*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

DE DECCA, Edgar Salvadori. Rebeldia e revolução na História Social. In: BRESCIANI, Maria Stella, SAMARA, Enide Mesquita e LEWKOWICZ, Ida. *Jogos da Política: imagens, representações e práticas*. ANPUH/São Paulo: Marco Zero, FAPESP, 1992.

DUARTE, Adriano Luiz. O dia de “São Bartolomeu” e “o carnaval sem-fim”: o quebra-quebra de ônibus e bondes na cidade de São Paulo em agosto de 1947. *Revista Brasileira de História*, v.25, n.50. São Paulo jul/dez 2005.

FONTES, Paulo Roberto R. *Comunidade Operária, Migração Nordestina e Lutas Sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Unicamp: Campinas, 2002 (mimeo).

FONTES, Paulo Roberto R. *Comunidade Operária, Migração Nordestina e Lutas Sociais: São Miguel Paulista (1945-1966)*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Unicamp: Campinas, 2002 (mimeo).

HAHNER, Jane. E. *Pobreza e Política no Brasil 1870-1920*. Brasília: Editora da UNB, 1993.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Dicionário Aurélio Eletrônico – Século XXI, versão 3.0*, nov/1999.

JULIA, D. A Violência das Multidões: é possível elucidar o desumano? In: BOUTIER, J. e JULIA, D. (org.). *Passados Recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Ed. URFJ; Ed. FGV, 1998.

NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

PACHECO, Ricardo de A. *Cidadania e Identidade Social: uma aproximação teórica para o entendimento das representações e práticas políticas*. MNEME-Revista de Humanidades: UFRN-CERES, v.3, n.9, jan/mar.2004. [www.seol.com.br/mneme](http://www.seol.com.br/mneme).

PAMPLONA, A. Marco. A Historiografia sobre o protesto Popular: uma contribuição para o estudo das revoltas urbanas. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.17, 1996.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: *Projeto História*, São Paulo, (14), fev. 1997.

RUDÉ, George. *A Multidão e a História*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SANTOS, Paulo Roberto de Oliveira. Ocupando a Terra e a Lei: experiências conflituosas no campo jurídico (Triângulo Mineiro – 1980 a 1990). In: *Projeto História*, São Paulo (19), novembro de 1999.

SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. BATALHA, Cláudio H. M., SILVA, Fernando T. da e FORTES, Alexandre. *Culturas de Classe*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

SCOTT, James C. Formas Cotidianas de Resistência Camponesa. In: *Raízes*. Campina Grande: UFCG, v.21, nº 01, p.10-31, jan/jun 2002.

THOMPSON, E: P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.